



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso
(CEVIJ)

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA – CICAV

ATA - Nº 01-23

Data: 23.01.2023

Horário: 16h

Local: Plataforma Microsoft Teams

A Dra. Raquel Santos Pereira Chrispino, Juíza Membro da **CEVIJ**, deu início a reunião, solicitando que os presentes se apresentassem:

1. **Ana Paula Guarani** – Assistente Social da Prefeitura do Rio de Janeiro;
2. **Andrea Sepulveda** - Defensora Pública;
3. **Carla Rodrigues Araújo** – Procuradora de Justiça do Ministério Público;
4. **Daniela Alvarez** – Psicóloga do Ministério Público;
5. **Daniel Elias Telio** – Assistente Social do Ministério Público;
6. **Debora Dias** – Psicóloga do CAO Infância –MPRJ;
7. **Eliana Olinda Alves** – Psicóloga da CEVIJ;
8. **Eufrasia Maria Souza** – Defensora Pública CDEDICA;
9. **Gabriela Aparecida Fructuoso** – Psicóloga da VECA;
10. **Gilbert Stivanello** – Delegado de Polícia civil;
11. **Gisele Guida de Faria** – Juíza responsável pela VECA;
12. **Glícia Barbosa de Mattos** – Psicóloga da **ETIC**;
13. **Jacqueline de Souza** – Assistente Social do Ministério Público;
14. **José Eduardo Menescal Saraiva** – Psicóloga da CEVIJ;
15. **Katia Britto de Athayde** – Servidora da DIATI;
16. **Mariza Magalhães** – Participante da Equipe Técnica da Gerência da Criança;
17. **Monica Araújo do Amaral do Machado** – Comissária de Justiça da CEVIJ;
18. **Patrícia Mothé Glioche** – Coordenadora da Coordenação de Promoção dos Direitos da Vítima do MP;
19. **Paloma Pinto** – Participante da equipe do CDV do NAAV;
20. **Renata de Assis Cordeiro** – Assessora da Coordenação de Promoção dos Direitos da Vítima do MP;
21. **Rodrigo Azambuja** – Defensor Público;
22. **Sandra Pinto Levy** – Psicóloga da **DIATI**;
23. **Silvana Barros dos Santos** – Assistente Social da VECA;
24. **Vera Souza** – Coordenadora Geral do Projeto de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - **PPCAAM**;

A **Dra. Raquel Santos** iniciou a reunião explicando para os novos Membros o que é a CICAV, informando os projetos, objetivos e frutos advindos da CICAV.

A **Dra. Raquel Santos** relembrou que a CICAV foi fruto do acordo de cooperação técnica, e que este acordo está em processo de renovação. Ademais, afirmou que no ano de 2023, vai atuar com mais afinco na parte documental que falta para a concretização da renovação.

O **Dr. Rodrigo Azambuja** comentou sobre a renovação do acordo, informando que sugeriu uma mudança no texto da cláusula de depoimento especial, referente aos casos de alienação parental. Acrescenta que pediu essa reformulação do texto, com base na nova Lei nº14.340/2022.

A **Sra. Mônica Machado** informou que o processo que trata sobre a renovação da CICAV, está em análise do juiz auxiliar da Presidência que assumiu a pasta do **Dr. Alexandre**. Além disso, comunicou que apenas o MP, a Defensoria Pública e o **CEDECA** demonstraram oficialmente interesse de participar do projeto. A **Sra. Mônica Machado** sugeriu a adesão da Polícia Civil, pois é importante a participação da entidade no projeto.

A **Dra. Raquel Santos** respondeu que estaria no Tribunal no dia 02/02/2023, e que poderia ser feito uma reunião na CEVIJ com o objetivo de definir com quem seriam feitas as articulações para renovação. Em seguida, se ofereceu para falar com o **Sr. Fernando Albuquerque** (secretário da Polícia Civil), e o **Dr. Gilbert Stivanello** (Delegado).

A **Dra. Raquel Santos** alertou que para dar início a esses contatos institucionais, seria necessário a autorização da presidência do tribunal, sendo assim, deveria esperar a mudança da gestão, que ocorreria oficialmente no dia 03/02/2023. Ressaltou que poderia dar início a esses diálogos a partir do dia 06/02/2023 e pediu para ser lembrada.
DELIBERAÇÃO 1

A **Dra. Raquel Santos** pediu para que a apresentação da Gerência da Saúde da Criança, que seria realizada pela **Sra. Ana Paula Dauto**, ocorra na próxima reunião.

A **Dra. Raquel Santos** relembrou a demanda da conversa com o Conselho Tutelar, pois são os Conselheiros que estão na linha de frente dessa “guerra” e tem o contato direto com as crianças, e seria interessante que algumas conclusões que fossem criadas na CICAV chegassem até eles. A **Dra. Raquel Santos** salientou que, foi através dessa demanda que surgiu a ideia de convidar a **Sra. Ana Paula Guarani** (Assistente Social da Prefeitura do Rio de Janeiro), que seria a ponte para a realização desse diálogo com o Conselho Tutelar, visto que tem um contato mais próximo com a Instituição.

A **Sra. Ana Paula Guarani** respondeu que assumiu a Secretaria do Conselho Tutelar em setembro, e explicou que está buscando um contato mais próximo com os 95 conselheiros. Acrescentou que o Conselho Consultivo – composto por 5 desses 95 Conselheiros – será de grande ajuda para essa aproximação e para o diálogo Interinstitucional que a CICAV

busca, pois esse Conselho Consultivo tem por função própria a conexão entre a gestão e os Conselheiros.

A **Sra. Ana Paula Guarani** ainda com a palavra, sugeriu uma reunião da CICAV com esse Conselho Consultivo. **DELIBERAÇÃO 2**

A **Dra. Raquel Santos** perguntou se a **Sra. Ana Paula Guarani** ou algum participante dessas reuniões com o Conselho Consultivo, conseguiria participar dos encontros mensais da CICAV. Desse modo, o conteúdo das reuniões da CICAV poderia ser levado aos Conselheiros.

A **Sra. Ana Paula Guarani** respondeu que seria possível.

A **Dra. Gisele Guida** expressou que a VECA está tendo dificuldade em dialogar com o Conselho Tutelar e afirmou que essa ponte desburocratizada seria de grande ganho para VECA.

A **Sra. Carla Rodrigues Araújo** alegou que não tem um entendimento sobre a organização e o funcionamento do Conselho Tutelar e sugeriu uma apresentação da estrutura do Conselho para a próxima reunião.

O **Sr. Rodrigo Azambuja** alertou que a quantidade de Conselhos Tutelares é insuficiente para a população do Rio de Janeiro, o que causa uma sobrecarga e dificulta os atendimentos rápidos. Ademais, sugeriu que fosse feito uma reunião com pelo menos um representante dos 19 Conselhos, com o objetivo de tirar algumas dúvidas dos Conselheiros e dar as orientações cabíveis. Salientou que essa ideia se assemelha ao projeto “**Diálogo permanente com o Conselho Tutelar**”.

A **Sra. Eliana Olinda** dando continuidade à reunião, sugeriu que seja feito – assim como no setor de paternidade – um formulário de avaliação de risco desses setores com mais demanda na VECA.

A **Dra. Gisele Guida** respondeu que já foi realizado o mapeamento desses dados, podendo apresentá-los.

A **Dra. Raquel Santos** propôs que todas as sugestões referentes ao Conselho Tutelar e a apresentação desses dados, poderá ser feita em um Evento.

A **Sra. Eliana Olinda** dando continuidade a sua fala informou que, na Semana da Valorização da Primeira Infância tem uma mesa sobre a discussão da violência da Primeira Infância, sugerindo assim que a VECA apresentasse os dados do mapeamento nesta mesa.

A **Sra. Gabriela Aparecida** explicou como foi feito esse levantamento de dados pela VECA.

A **Sra. Andrea Sepulveda** propôs que, mesmo não existindo uma VECA no Interior e na Baixada, seria importante o levantamento de dados nessa região, pois são locais sensíveis e com o levantamento de dados, seria possível mostrar a realidade da localidade.

A **Dra. Raquel Chrispino** argumenta que o TJRJ pode ajudar com essa questão, dando uma qualificação melhor para a vítima no recebimento da denúncia – algo que vem sendo reivindicado a muito tempo por parte da CEVIJ – e que isso só não está sendo feito no momento, por conta da complexidade do projeto e porque o Tribunal está passando por uma transição de sistema.

O **Sr. Rodrigo Azambuja** pediu para que a **Dra. Gisele Guida** explicasse como está funcionando a demanda da Defensoria Pública na VECA, pois quase 70% do Rio de Janeiro estão aptos a receber assistência jurídica.

A **Dra. Gisele Guida** informou que ainda não estava conseguindo entender a posição da Defensoria Pública no caso da vítima, pois há divergências no entendimento de atuação entre os Defensores, alguns acreditam que se deve apenas auxiliar a vítima na audiência, e outros compreendem que o Defensor deve ter uma atuação plena no processo.

A **Sra. Glícia Barbosa** comentou sobre a falta de informações da criança, noticiando que a desembargadora **Katia Monnerat** enviou um pedido, através do fórum de Família da EMERJ, solicitando a criação de um banco de laudos de todas as esferas (infância, criminal e família), dessa forma, quando o juiz deferisse uma medida de urgência, já se poderia contar com alguma informação sobre a criança. A **Sra. Glícia Barbosa** acrescentou que esse pedido já está em trâmite na DGTEC.

Nada mais a acrescentar, a **Dra. Raquel Santos** encerrou a reunião, ficando a próxima marcada para o dia **27/02/2023**.

Raquel Santos Pereira Chrispino
Juíza Vice-Presidente, da COVPI

DELIBERAÇÕES		RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Lembrar a Dra. Raquel Santos de dar início aos contatos institucionais	Todos	
2	Reunião com o conselho consultivo	Sra. Ana Paula Guarani	
3			
4			